

PLANO DE EMERGÊNCIA

CENTRO INTEGRADO DA CULTURA **ÁREA = 1.328,65 m²**

Rua Maria Leonor da Cunha – Bairro Centro
Navegantes/SC

PROJETOS:

AMFRI - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ
CREA-SC 050.968-0

Rafael Calistro de Borba – Engenheiro Civil – CREA/SC 093.243-9
E-mail: Rafael.borba@amfri.org.br

Maio/2019





PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
ESTADO DE SANTA CATARINA

DADOS CADASTRAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CNPJ nº 83.102.855/0001-50

PROJETO: CENTRO INTEGRADO DA CULTURA

LOCALIZAÇÃO: RUA MARIA LEONOR DA CUNHA – BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: NAVEGANTES

ESTADO DE SANTA CATARINA

AMFRI - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ

Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655 Bairro São Vicente CEP 88309-421 Itajaí/SC

www.amfri.org.br

amfri@amfri.org.br

engenharia@amfri.org.br

PLANO DE EMERGÊNCIA

Conforme IN 031/DAT/CBMSC

Obra: CENTRO INTEGRADO DA CULTURA

Local: Rua Maria Leonor da Cunha

Bairro Centro

Navegantes/SC

Área: 1.328,65 m²

PROCEDIMENTOS BÁSICOS NA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

Art. 6º Os procedimentos básicos na segurança contra incêndio serão:

I - alerta: identificada uma situação de emergência, qualquer pessoa que identificar tal situação deverá alertar, através do sistema de alarme, ou outro meio identificado e conhecido de alerta disponível no local, os demais ocupantes da edificação.

II - análise da situação: a situação de alerta deverá ser avaliada, e, verificada a existência de uma emergência, deverão ser desencadeados os procedimentos necessários para o atendimento da emergência;

III - apoio externo: acionamento do Corpo de Bombeiros Militar, de imediato, através do Telefone 193, devendo informar: a) nome do comunicante e telefone utilizado; b) qual a emergência, sua característica, o endereço completo e os pontos de referência do local (vias de acesso, etc); c) se há vítimas no local, sua quantidade, os tipos de ferimentos e a gravidade.

IV - primeiros socorros: prestar primeiros-socorros às vítimas, mantendo ou estabilizando suas funções vitais até a chegada do socorro especializado.

V - eliminar riscos: realizar o corte das fontes de energia elétrica e do fechamento das válvulas das tubulações (GLP, GN, acetileno, produtos perigosos, etc), da área atingida ou geral, quando possível e necessário.

VI - abandono de área: proceder abandono da área parcial ou total, quando necessário, conforme definição preestabelecida no plano de segurança, conduzindo a população fixa e flutuante para o ponto de encontro, ali permanecendo até a definição final do sinistro.

VII - isolamento da área: isolar fisicamente a área sinistrada de modo a garantir os trabalhos de emergência e evitar que pessoas não autorizadas adentrem o local.

VIII - confinamento e combate a incêndio: proceder o combate ao incêndio em fase inicial e o seu confinamento, de modo a evitar sua propagação até a chegada do CBMSC.

§ 1º A sequência lógica dos procedimentos será conforme o fluxograma do Anexo C.



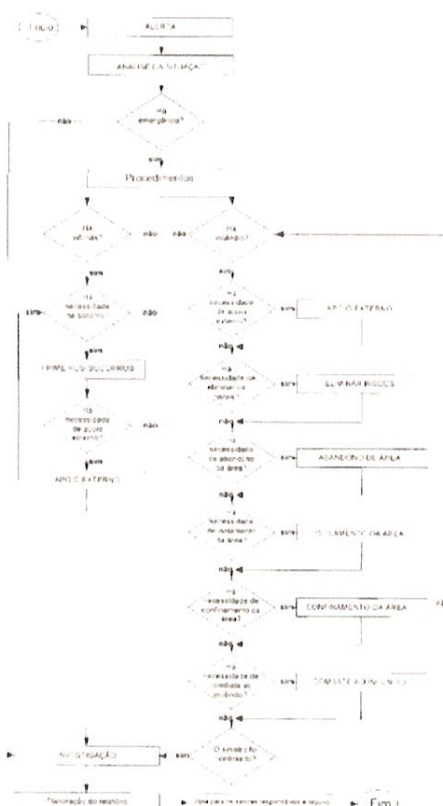
§ 2º Para a eliminação dos riscos é necessário: definir o tipo de risco, definir os equipamentos necessários à proteção e definir o responsável para realizá-los em caso de sinistro.

§ 3º O plano de emergência deve contemplar ações de abandono para portadores de necessidades especiais ou mobilidade reduzida, bem como as pessoas que necessitem de auxílio (idosos, crianças, gestantes, etc).

§ 4º O isolamento das áreas compreende a verificação das áreas, por responsável, verificando e certificando que todos evacuaram o local.

IN 031/DAT/CBMSC – Plano de Emergência

ANEXO C
Fluxograma dos Procedimentos de Emergência



DOS EXERCÍCIOS SIMULADOS

Art. 7º Exercícios simulados de abandono de área no imóvel, com a participação de toda a população fixa, devem ser realizados no mínimo duas vezes ao ano (semestralmente).

Art. 8º Após o término de cada simulado deve ser realizada uma reunião, com registro em ata, para a avaliação e correção das falhas ocorridas, descrevendo no mínimo:

- I - data e horário do evento;
- II - número de pessoas que participaram do simulado;
- III - tempo gasto para o abandono total da edificação;
- IV - atuação dos responsáveis envolvidos;
- V - registro do comportamento da população;
- VI - falhas em equipamentos;
- VII - falhas operacionais;
- VIII - outros problemas e sugestões levantados durante o simulado.

§ 1º Os exercícios simulados deverão ser realizados uma vez com comunicação prévia para a população do imóvel; e uma segunda vez no ano sem a comunicação prévia.

§ 2º Todos os simulados deverão ser comunicados com no mínimo 24h de antecedência ao CBMSC.

§ 3º Os exercícios simulados poderão ter a participação do CBMSC, mediante solicitação prévia e avaliação da Autoridade Bombeiro Militar conforme o caso.

PLANTAS DE EMERGÊNCIA

A planta de emergência visa facilitar o reconhecimento do local por parte da população da edificação e das equipes de resgate. As plantas de emergência devem ser fixadas na parede com altura de 1,7 metros, conforme posições indicadas em planta. As plantas indicam claramente o caminho a ser percorrido para que a população saia do imóvel em caso de incêndio ou pânico e possa chegar até o ponto de encontro.

PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS PREVENTIVOS

Art. 12. O responsável pelo imóvel ou a brigada de incêndio deverá verificar a manutenção dos sistemas preventivos contra incêndio, registrando em livro: os problemas identificados e a manutenção realizada.



Art. 13 As observações mínimas nos sistemas serão as seguintes:

- I - iluminação de emergência: verificar todas as luminárias e seu funcionamento no *mínimo uma vez a cada 90 dias*;
- II - saídas de emergência: verificar semanalmente a desobstrução das saídas e o fechamento das portas corta-fogo;
- III - sinalização de abandono de local: verificar a cada 90 dias se a sinalização apresenta defeitos, devendo indicar o caminho da rota de fuga;
- IV - alarme de incêndio: verificar a central de alarme a cada 90 dias e realizar o acionamento do alarme no mínimo quando da realização dos exercícios simulados;
- V - *sistema hidráulico preventivo: verificar semestralmente as mangueiras e hidrantes, devendo acionar o sistema, com abertura de pelo menos um hidrante durante a realização dos exercícios simulados;*
- VI - instalações de gás combustíveis: verificar as condições de uso das mangueiras anualmente, os cilindros de GLP, a pressão de trabalho na tubulação e a validade do seu teste hidrostático;
- VII - outros riscos específicos: caldeiras, vasos de pressão, gases inflamáveis ou tóxicos, *produtos perigosos e outros, conforme recomendação de profissional técnico*; VIII - verificar as condições de uso e operação de outros sistemas e medidas de segurança contra incêndio e pânico do imóvel.

BRIGADA DE INCENDIO

A edificação deverá contar com brigada de incêndio voluntaria, que deverá atuar nas seguintes situações:

- I - Combater o princípio de incêndio com os dispositivos da edificação;
- II - Orientar e auxiliar no abandono da edificação;
- III - Orientar a evacuação do imóvel quando em caso de incêndio e/ou sempre em que *houver o acionamento do alarme de incêndio*;
- IV - Participar dos exercícios simulados;

De acordo com o Art. 11 da IN 28/DAT/CBMSC para a ocupação dessa edificação com população fixa superior a 20 pessoas o número de brigadistas voluntários deve ser de 2% da população fixa, com arredondamento para cima.





PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
ESTADO DE SANTA CATARINA

No ato da vistoria o responsável pela edificação deverá comprovar a população fixa atual e, em função desta, o dimensionamento da quantidade de brigadistas voluntários.

Rafael Calistro Borba
Engenheiro Civil – CREA/SC 093.243-9